


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1020129-38.2015.8.26.0566**

Classe - Assunto **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

Julia Nardim impetra **mandado de segurança** contra a Diretora da 26ª Ciretran Circunscrição Regional de Transito de São Carlos SP sustentando que obteve permissão para dirigir veículos – Categoria "B" pelo prazo de um ano. Afirma que em 178/10/2015 recebeu correspondência do Detran, parabenizando-a pela inexistência de infrações, até aquela data, e que por conseguinte, se assim permanecesse, estaria apta a requerer a emissão de sua CNH definitiva. Em 17/11/2015 efetuou o pagamento da taxa necessária e teve seu pedido negado diante da existência de bloqueio, em seu prontuário, decorrente do auto de infração nº 3C0073429, datado de 10/06/2015 por infringir o art. 233 do CTN. Argumentou que a infração é de cunho meramente administrativo e não decorrente da má condução de veículo em vias públicas. Que em 02/12/2015 apresentou defesa administrativa mas não houve o julgamento. Requereu, liminarmente, a exclusão do bloqueio que impediu a renovação da habilitação para dirigir. Juntou documentos (fls. 23/66).

A liminar foi concedida (fls. 66/69).

A autoridade coatora foi notificada, e as informações foram acostadas da fls 70/74.

Procuradoria do Estado requereu, a fls. 83, seu ingresso na lide na condição de assistente.

O Ministério Público, a fls. 82, argumentou que não tem interesse na ação.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme decisão de fls. 67/69, a infração que obsta a progressão da permissão para a expedição da CNH definitiva está amparada no Auto de Infração nº 3C-0073429, pela prática da conduta administrativa descrita no artigo 233 do Código de Trânsito, ou seja, deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias, junto ao órgão executivo de trânsito.

Segundo o STJ, não é razoável impedir o condutor de obter a habilitação definitiva, em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

razão de infração administrativa não relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 544.004/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/09/2014; STJ, AgRg no AREsp 520.462/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1.231.072/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/05/2012; AgRg no AREsp 262.219/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2013.

E, nos termos daquela mesma corte, a infração do art. 233 do CTB, de deixar de efetuar o registro da propriedade do veículo no prazo de 30 dias, não está relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 662.189/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015.

Como a infração tem conteúdo administrativo por envolver regularização do veículo, sem qualquer implicação técnica com a condução de veículo, não há razão para a não expedição da CNH definitiva.

DISPOSITIVO

Ante o exposto concedo a segurança e torno definitiva a liminar de fls. 67/69.

Sem honorários no *writ*.

P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA